



Parecer nº 133/2025/ CTASP.

Referente ao Projeto de Lei nº 543/2025 que “**Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 12.813, de 28 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação de óbitos ao Tribunal Regional Eleitoral e ao órgão de identificação do Estado de Mato Grosso.**”

Autor: Deputado Chico Guarnieri

Relator (a): Deputado (a)

Beto Reis e um

I – Relatório

O Projeto de Lei em tela foi recebido e registrado pela Secretaria de Serviços Legislativos em 16/04/2025. Posteriormente, foi inserido em pauta no mesmo dia, tendo seu cumprimento em 30/04/2025. Após, foi remetido à Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora e encaminhado ao Núcleo Econômico no dia 05/05/2025, bem como a esta Comissão, conforme as folhas nº 2 e 05/verso.

Submete-se a esta Comissão, o Projeto de Lei nº 543/2025, de autoria do Deputado Chico Guarnieri, conforme ementa acima.

A iniciativa em comento contém 02 (dois) artigos, conforme descritos abaixo:

“Art. 1º Altera o parágrafo único e acrescenta o § 2º ao Art. 1º, da Lei nº 12.813, de 28 de fevereiro de 2025, que passam a vigorar com a seguinte redação:

(...)

§ 1º Somente serão encaminhadas ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso as certidões de óbito das pessoas na faixa etária de dezesseis a sessenta e cinco anos.

§ 2º A remessa ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso de cópias das certidões de óbito lavradas nos cartórios, deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 15

ENDEREÇO:

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 228 - 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:

(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915



(quinze) dias e por meio do InfoDip - Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos ou por outro sistema que venha a substituí-lo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. ”

Assim o autor justifica:

“A Proposta visa definir o prazo para que os cartórios informem o óbito ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso, fixando em até 15 (quinze) dias, sendo um prazo razoável e que contribui para a prevenção de fraudes, pois a informação obrigatória se torna quase imediata.

Da mesma forma, define a forma como será feita a comunicação, qual seja, por meio do InfoDip - Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos ou por outro sistema que venha a substituí-lo.

A expressão genérica "sistema que venha a substituí-lo", fazendo referência ao InfoDip, serve para não amarrar a obrigação ao sistema inexistente caso venha a ser substituído futuramente.

Assim, entendo que a proposta busca aprimorar o texto legal.

Desta forma, pelas razões acima expostas, solicito apoio dos nobres pares e aguarda-se a aprovação da presente matéria.
”

É o relatório.

II – Análise

Compete a esta Comissão, enunciar parecer a todos os projetos que abordem os temas contidos no artigo 369, inciso XII, alíneas “a” a “f” do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a saber, emitir parecer a todos os projetos que tratem de assuntos atinentes à ordem

ENDEREÇO:

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 228 - 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:

(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915



social mato-grossense, tendo como base o trabalho e como objetivo o bem-estar e justiça social; fiscalizar as relações de trabalho e política de emprego.

No que diz respeito à tramitação e abordagem do tema, o Regimento Interno prevê dois casos: no primeiro, verifica-se a existência de lei que trate especificamente do tema abordado, se confirmada o projeto será prejudicado. No segundo, a existência de projetos semelhantes tramitando, se houver, a propositura deverá ser apensada.

O presente parecer destina-se à análise meritória da proposição legislativa que visa alterar a Lei nº 12.813/2025, notadamente no que concerne à comunicação de óbitos ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso. A apreciação técnica abordará a adequação da proposta aos princípios constitucionais e legais, bem como sua contribuição para aprimorar a eficiência e a segurança do processo eleitoral.

O cerne da questão reside na proposta de alteração do Art. 1º da Lei nº 12.813/2025, especificamente no que tange ao parágrafo único e à adição de um novo § 2º. O parágrafo único existente já estabelece que somente as certidões de óbito de pessoas na faixa etária de dezesseis a sessenta e cinco anos devem ser encaminhadas ao TRE/MT. A proposta, portanto, não modifica essa diretriz. A inovação legislativa se concentra na introdução do § 2º, que impõe um prazo máximo de 15 dias para a remessa das certidões de óbito ao TRE/MT e define o InfoDip ou sistema equivalente como o meio preferencial para essa comunicação. A justificativa para a fixação do prazo de 15 dias reside na busca por uma comunicação mais célere e eficiente, o que, por sua vez, contribuiria para a prevenção de fraudes eleitorais. A especificação do InfoDip ou sistema equivalente visa garantir que a comunicação seja realizada por meio de um canal seguro e padronizado, facilitando o processamento e a análise dos dados pelo TRE/MT.

A proposição legislativa em apreço, ao buscar aprimorar o fluxo de informações entre os cartórios e o Tribunal Regional Eleitoral, demonstra uma preocupação legítima com a integridade do processo democrático. A celeridade na comunicação dos óbitos, sem dúvida, representa um avanço significativo na prevenção de fraudes eleitorais, evitando a utilização indevida de dados de pessoas falecidas para fins ilícitos.

A redação proposta para o Art. 1º, § 2º, da Lei nº 12.813/2025, ao mencionar expressamente o "InfoDip - Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos ou por outro sistema que venha a substituí-lo", evidencia uma perspicácia legislativa notável. A utilização dessa fórmula não apenas define o meio de comunicação dos óbitos ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso, mas também antecipa a inevitável evolução tecnológica e a consequente necessidade de adaptação dos sistemas de informação.

A atualização célere e fidedigna do cadastro eleitoral é crucial para a integridade do processo eleitoral, evitando a ocorrência de fraudes e garantindo a representatividade do voto. A proposta legislativa em questão não apresenta qualquer incompatibilidade com os princípios

ENDEREÇO:

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 228 - 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:

(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915



ALMT
Assembleia Legislativa

Estado de Mato Grosso
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO ECONÔMICO
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
20ª LEGISLATURA - 01/02/2023 A 31/01/2027

NÚCLEO
ECONÔMICO

FLS. 09

RUB. mg

constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, insculpidos no art. 37, caput, da Constituição Federal. Ao contrário, a definição de um prazo específico e de um sistema de comunicação padronizado para a remessa de informações de óbito ao TRE-MT contribui para a eficiência da administração pública e para a transparência do processo eleitoral. A conformidade da medida com o ordenamento jurídico se manifesta na observância dos princípios constitucionais que regem a administração pública e o processo eleitoral.

Em face do exposto, o presente parecer é favorável à alteração e modificação à Lei nº 12.812/2025, conforme proposto, pelas razões acima demonstradas.

É o Parecer.

III – Voto do Relator

Pelas razões expostas, quanto ao **mérito**, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 543/2025 de autoria do Deputado Chico Guarnieri.

Sala das Comissões, em 09 de julho de 2025.

ENDEREÇO:

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 228 - 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:

(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915

FPG



ALMT
Assembleia Legislativa

Estado de Mato Grosso
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO ECONÔMICO
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
20ª LEGISLATURA - 01/02/2023 A 31/01/2027

NÚCLEO
ECONÔMICO

FLS. 10

RUB. mg

IV – Ficha de Votação

Projeto de Lei n.º 543/2025 – Parecer n.º 133/2025/CTASP

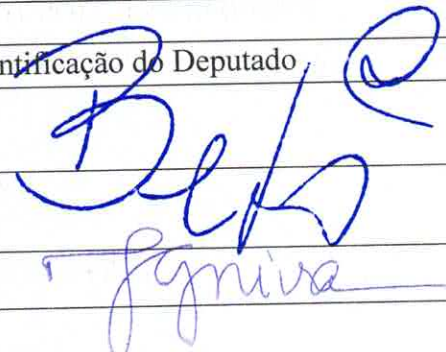
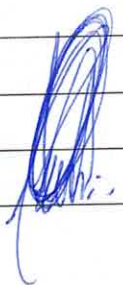
Reunião da Comissão em: 09 / 07 /2025.

Presidente: Deputado Estadual **BETO DOIS A UM**

Relator (a) Deputado (a): Beto Dois a um

VOTO DO RELATOR

Pelas razões expostas, quanto ao **mérito**, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei n.º 543/2025 de autoria do Deputado Chico Guarnieri.

Posição na Comissão	Identificação do Deputado
RELATOR (a) Deputado (a):	
Membros Titulares	
DEPUTADO BETO DOIS A UM	
DEPUTADA JANAÍNA RIVA	
DEPUTADO DR. EUGÊNIO	
DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE	
DEPUTADO LÚDIO CABRAL	
Membros Suplentes	
DEPUTADO DIEGO GUIMARÃES	
DEPUTADO DR. JOÃO	
DEPUTADO VALMIR MORETTO	
DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO	
DEPUTADO WILSON SANTOS	

ENDEREÇO:

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 228 - 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:

(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915

FPG